



## SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

RECEBIDO

Certifico que recebi o documento no dia

05/12/16 às 08 Hs: 47 Min.

Jairita  
(nome completo, cargo e matrícula)

**URGENTE!**

Processo Administrativo n. 01.1411.00072-0000/2016-FITHA/DER/RO

**ENGERON CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. EPP**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF nº 02.814.328/0001-77, com sede na Rua Padre Ângelo Cerri n. 1011, A, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-480, vem, respeitosamente, interpor a presente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão exarada pelo Estado de Rondônia, CNPJ/MF n. 04.696.490/0001-63, através da Superintendência Estadual de Licitações, com sede no endereço na Avenida Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO pelos fundamentos a seguir expostos.

CNPJ: 02.814.328/0001-77 – Telefone: (69) 3229-4984.  
Rua Padre Ângelo Cerri Nº 1011 - A, Bairro Pedrinhas – Porto Velho - RO.



## I – BREVE SÍNTESE

Em 23 de novembro de 2016, a recorrente participou da sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação no certame licitatório oriundo da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 021/16CPLO/SUPEL/RO, Processo Administrativo n. 01.1411.00072-0000/2016-FITHA/DER/RO, na modalidade concorrência pública, do tipo menor preço, tendo por finalidade a Construção e Pavimentação Asfáltica da Rodovia BR-435; trecho: Entre RO-370/Pimenteiras; Lote 03; segmento: Est. 950+0,00 à Est. 1425+0,00 com extensão de 9,50 km, no município de Pimenteiras D'Oeste/RO.

Na ocasião, a comissão permanente de licitações inabilitou a recorrente para o prosseguimento do certame, sob o fundamento de ter a empresa apresentado a Relação de Equipamento Mínimos incompleta, contrariando o que determina o item 15.3 alínea “d1”, do edital, e ainda por ter apresentado a CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA – CREA/RO, cancelada, descumprindo assim o item 15.3 alínea “a” do edital.

Assim dispõe o item 15.3 do edital:

### 15.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de registro ou inscrição da licitante/bem como de seu(s) responsável (is) técnico(s), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA/Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA);

[...]

d) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (Anexo V);



d.1) a relação de máquinas deverá conter todos os itens especificados neste edital em atendimento a recomendação técnica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do DER sob pena de inabilitação.

Assim, por não conformar-se com a referida decisão, a recorrente, vem, muito respeitosamente, por meio do presente recurso impugná-la, de acordo com os fundamentos a seguir apresentados.

## II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Consoante já arrazoadado, o item 15.3, alínea “d” do edital prevê a necessidade de apresentação de relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos.

Em que pese ter a recorrente apresentado a documentação referida, segundo entendimento dessa comissão, de forma incompleta, há que se sopesar que a declaração prevista no instrumento editalício foi, de fato, expedida pelo recorrente.

Ademais, segundo o modelo disponibilizado pela própria licitante, a declaração em referência não objetiva obter a manifestação de que a empresa **possui** as instalações, equipamentos e pessoal técnico, mas sim garantir que, **caso seja vencedora do certame**, os disponibilizará, como condição para a execução dos serviços objeto da licitação. Até porque exigir os equipamentos antes de sagrar-se vencedora da licitação implicaria em custos adicionais para os licitantes, o que acabaria restringindo o caráter competitivo do certame.

Vê-se, pois, que quando da participação do certame, a licitante não é obrigada a dispor dos equipamentos relacionados, mas declara que os providenciará, quando consagrada vencedora, para a celebração do ajuste contratual.



Dito isso, tendo a declaração em epígrafe caráter meramente declaratório, a inabilitação pela razão invocada pela comissão se mostra desarrazoada e desproporcional, eis que a própria poderia, certamente, adotar as diligências necessárias à sua respectiva complementação, consoante previsão do art. 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93.

Em igual sentido, a inabilitação da recorrente por apresentar a Certidão de Registro e Quitação Pessoa jurídica – CREA cancelada também se mostrou desarrazoada/desproporcional.

Isso porque, apesar de a certidão apresentada encontrar-se de fato cancelada, a certidão que atualmente encontra-se válida apenas incluiu outro responsável técnico, tendo mantido todas as demais informações apresentadas anteriormente, inclusive o responsável técnico, em nome do qual constam todos os demais documentos de comprovação de capacidade técnico-profissional.

Diante do exposto, faz-se necessário enfatizar que a Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Veja-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por essa razão, toda e qualquer exigência, além de justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, face ao princípio da legalidade. Ademais, devem



ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar uma restrição à competitividade do certame.

Nesse diapasão, além da necessidade da observância ao princípio da legalidade, o julgamento a ser efetuado pela comissão de licitações não pode vir a ser desarrazoadas ou desnecessárias.

Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>, ao tratar sobre o assunto, tece críticas à burocracia exacerbada:

A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados. Daí por que a lei (art. 27) limitou a documentação, exclusivamente, ao comprovantes de capacidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e idoneidade econômico-financeira. Nada mais se pode dos licitantes na fase de habilitação. Reconhecimentos de firmas, certidões negativas, regularidade eleitoral, são exigências impertinentes que a lei federal dispensou nessa fase, mas que a burocracia ainda vem fazendo ilegalmente, no seu vazo de criar embaraço aos licitantes. É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou. Os bons contratos, observe-se, não resultam das exigências burocráticas, mas, sim, da capacitação dos licitantes e do criterioso julgamento das propostas.

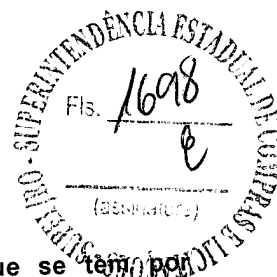
Em verdade, essas formalidades não podem ser utilizadas como um fim em si mesmo, tampouco podem ser exigidas quando dispensáveis. Ao estudar esses critérios, o professor José dos Santos Carvalho Filho<sup>2</sup> leciona que:

**"[...]Urge, porém, adotar postura lógica em situações especiais, abandonando-se eventual excesso de formalismo. Se ocorre hipótese em que os atos posteriores não têm qualquer relação de dependência em confronto com a formalidade inobservada, não há por que desfazê-los; na verdade, o desfazimento seria incompatível com o princípio da economia procedimental, posto que desnecessário serem repetidos sem qualquer causa justificadora.**

[...] Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para

<sup>1</sup>MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 276-277

<sup>2</sup>CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Processo Administrativo federal – Comentários à Lei nº 9.784, de 29.07.2009*. 4ª ed. ver. e atual. – Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2009.



alcançar determinado fim. **Portanto, insistimos em que se não por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa.** Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas.

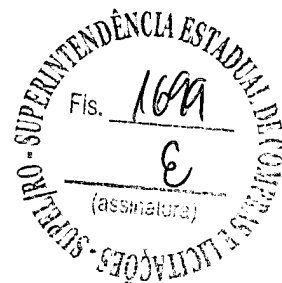
A jurisprudência pátria tem caminhado no sentido de ser desarrazoada a inadmissão de proposta de licitante que contiver vícios irrelevantes para o julgamento do certame. É que tal medida demonstra-se ilegal, anti-isonômica e ofensiva à própria destinação da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa.

Em outras palavras, a simples falha formal que não afete a igualdade das condições de participação não legitima a Administração Pública a proceder à desclassificação. Do contrário, estará havendo desclassificação irregular, por adotar formalidade exagerada, ofensiva à isonomia do certame.

Nesta linha, o Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, esclarece:

Licitação: irregularidade formal na proposta vencedora que, por sua irrelevância não gera nulidade. [...] Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora a ela não trouxe vantagem, nem implicou em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o vício apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta, e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa (RMS n.º 23.714/DF, 1ª T., em 5/9/2000).

Em certo julgado o STJ afirmou ter entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento. (REsp 997.259/RS, julgado em 17/08/2010).



Da mesma forma, o Tribunal de Contas da União possui um paradigma no qual se assenta que:

O princípio do procedimento formal não significa que a Administração deva ser 'formalista' a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes. (Decisão 570/2000 – Plenário)

O certo é que todo rigorismo formal extremo e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, pois se sabe que, na licitação pública, a existência de vários interessados é benéfica, na medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa.

Assim, em qualquer julgamento a ser efetuado, a Administração deve levar em consideração a finalidade precípua da habilitação jurídica nas licitações públicas é garantir que o particular demonstre que preenche os requisitos para contratar com o Poder Público.

**No caso em análise, por exemplo, observa-se que poderia a Administração exigir a complementação dos documentos julgados insuficientes ou reapresentação daquele considerado cancelado, já que os próprios foram, de fato, apresentados pelo particular em oportunidade anterior.**

Isso porque, para garantir a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público, o órgão julgador responsável pela condução dos trabalhos e processamento de todo o certame, poderá, por vezes, buscar esclarecimentos, elucidar pontos controversos, confirmar informações, realizar vistorias, perícias, pesquisas, colher opiniões de técnicos especializados para só então, com a questão totalmente aclarada e pacificada, poder decidir com tranquilidade e segurança.

Assim, havendo qualquer dúvida relativa a documentos de habilitação, dados, informações ou propostas, a análise não deve limitar-se ao aspecto meramente formal, da



simples verificação do atendimento e validade dos requisitos fixados no instrumento convocatório, mas deve sim ser investigada a autenticidade e veracidade fática e jurídica daquilo que fora suscitado, para que seja alcançada a decisão mais acertada em face da verdade material.

Na precisa lição de Ivo Ferreira de Oliveira<sup>3</sup>, a diligência tem por objetivo “oferecer meios para que a Comissão de Licitação ou a Autoridade Superior possa promover inquirições, vistorias, exames pertinentes a questões que eventualmente surjam e até autorizar a juntada de documentos, permitindo à Comissão ou à Autoridade julgar corretamente o certame, graças aos esclarecimentos que a diligência lhe propiciou, mas sem perder de vista os princípios constitucionais e legais que norteiam o processo licitatório.”.

Impende deixar assentado que, apesar de a Lei nº 8.666/93 referir-se à diligência como uma faculdade, ou seja, fruto do exercício de uma competência discricionária do agente público, esta é, na maioria dos casos, imprescindível e inafastável para que os atos da Administração sejam pautados em fatos e circunstâncias concretas, materiais e reais.

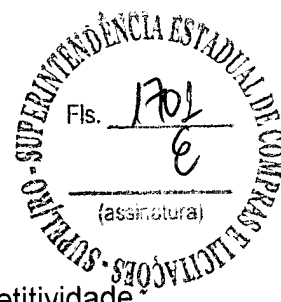
Neste sentido, Marçal Justen Filho ensina que “não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados -, a realização de diligências será obrigatória.”<sup>4</sup>

Sendo assim, quando a Administração Pública tiver a necessidade de apurar determinado ato, poderá lançar mão do direito de diligenciar, que deverá ser feito pela comissão de Licitação ou Autoridade Superior, visando flexibilizar a rigidez das normas regulamentares e editalícias que, não raro, procrastinam a contratação de bens e serviços. É essa rigidez formal que muitas vezes impede o atendimento ao objetivo almejado que é

<sup>3</sup>Ivo Ferreira de Oliveira, *Diligências nas Licitações Públicas*, Curitiba, JM Editora, 2001, p. 24.

<sup>4</sup>Marçal Justen Filho, *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª. ed., São Paulo, Dialética, 2005, p. 424.





selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração graças à maior competitividade entre os interessados.

**Diante disso, observa-se, portanto, que, na análise dos documentos, a comissão de licitações poderia ter realizado as diligências necessárias, a fim de obter a complementação da declaração de disponibilização de equipamentos e pessoal, já que tal ato não viria a prejudicar a isonomia do certame.**

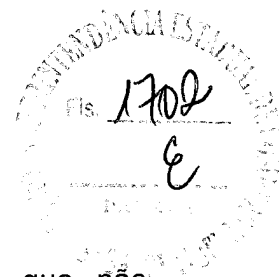
Tal procedimento tem o intuito, inclusive, de garantir a preservação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, eis que, conforme já demonstrado, a documentação em apreço tem caráter meramente declaratório.

Em igual sentido, se demonstra descabida a inabilitação pela apresentação da certidão do CREA cancelada, eis que a certidão em vigor manteve as mesmas informações constantes na primeira. Assim, havendo dúvidas sobre as documentações apresentadas, caberia à Administração, então, adotar as diligências necessárias, a fim de atestar qual a certidão a ser considerada para o julgamento.

No caso em análise, observa-se que a Administração, ao inabilitar o particular sem, contudo, realizar as diligências necessárias para complementar as informações ausentes, prejudica a satisfação dos princípios da eficiência e economicidade na medida em que reduz o caráter competitivo do certame e privilegia o excesso de rigorismo formal, com graves consequências à seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Assim, é evidente que a aplicação desta norma tem que ser temperada pelo princípio da razoabilidade, sendo necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o "interesse público", produzam a eliminação de eventuais propostas vantajosas para os cofres públicos.

É certo que no procedimento licitatório existe o dever de dispensar aos licitantes tratamento isonômico, aplicando sem subjetivismos as regras objetivas do edital. Todavia, os atos da Comissão de Licitação não podem alijar do certame propostas técnica e



economicamente interessantes à Administração por conterem incorreções que não prejudiquem a sua participação no certame.

Assim, conclui-se que a inabilitação da recorrente pelos motivos invocados pela comissão vai de encontro ao caráter competitivo em prol do excesso de rigorismo formal, eis que prejudica a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, finalidade precípua da licitação pública.

### 3. DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a reconsideração da decisão impugnada, a fim de reconhecer a Relação de Equipamento Mínimos apresentada como suficiente, eis que a própria tem o caráter meramente declaratória. Alternativamente, caso esta comissão entenda de modo divergente, requer-se o reconhecimento do direito do recorrente à complementação da Relação de Equipamento Mínimos prevista no item 15.3 alínea "d1".

Ademais, requer-se ainda a reconsideração da inabilitação do particular por descumprimento do item 15.3 alínea "a" do edital, determinando-se a adoção das diligências necessárias, a fim de possibilitar ao recorrente a apresentação de nova certidão, tendo em vista que foram mantidas todas as informações constantes na primeira.

Termos em que,

Pede e Espera deferimento.

Porto Velho, 02 de dezembro de 2016.

Engeron Construções e Serviços LTDA – EPP CNPJ: 02.814.328/0001-77

**02.814.328/0001-77**  
**ENGERON CONSTRUÇÕES**  
**E SERVIÇOS LTDA-EPP**  
Rua: Padre Angelo Cerri, nº 1011, Casa A  
B. Pedrinhas - CEP: 76.801-480  
**Porto Velho - RO**

Fabiano Junior de Sousa RG: 343908098 SSP/SP CPF: 217.782.478-81  
Rua Padre Ângelo Cerri, 1011 – A, Bairro Pedrinhas Fone: (69) 3229-4984